

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A GESTÃO DO PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES ARROIO DO PADRE - RS  
EXERCÍCIO DE 2018**

Conforme prevê no Regimento Interno da Egrégia Corte de Contas do Estado, encaminho o Relatório sobre a gestão das atividades realizadas, relativo ao exercício de 2018, no que se refere à Administração Pública do Poder Legislativo.

**1 – IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PODER LEGISLATIVO NO EXERCÍCIO DE 2018:**

**a) De 01/01/2018 a 31/12/2018.**

**Presidente:** Dario Venzke.

**b) MESA DIRETORA:**

**Presidente:** Dario Venzke;

**Vice-Presidente:** Gilmar Carlos Schlesener;

**1ª Secretária:** Rui Carlos Peter;

**2º Secretário:** Vilson Pieper.

Endereço Residencial do Presidente: Picada Chaves, s/nº. Bairro: Picada Chaves. CEP: 96155-000. Arroio do Padre/RS.

**2 – INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E ADMINISTRATIVAS:**

**2.1) Informações sobre os Repasses Financeiros Recebidos**

Banco: 41 (Banrisul).

Agência: 0918.

Conta: 04.184947.0-2.

<b>Mês/2018:</b>	<b>Data do(s) recebimento(s):</b>	<b>Valor(es) recebido(s) – R\$:</b>
Janeiro	16/01/2018	R\$ 62.890,63
Fevereiro	14/02/2018	R\$ 62.890,63
Março	14/03/2018	R\$ 62.890,63
Abril	18/04/2018	R\$ 62.890,63
Maio	15/05/2018	R\$ 62.890,63
Junho	18/06/2018	R\$ 62.890,63
Julho	17/07/2018	R\$ 54.504,93
Agosto	10/08/2018	R\$ 62.890,63
Setembro	14/09/2018	R\$ 62.890,63
Outubro	22/10/2018	R\$ 62.890,63
Novembro	19/11/2018	R\$ 62.890,63
Dezembro	18/12/2018	R\$ 62.890,63
<b>Total:</b>		<b>R\$ 746.301,86</b>

Devolução dos valores em banco para o Executivo até 31/12/2018: R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).

Saldo em Bancos do Poder Legislativo: R\$ 5.654,04 (cinco mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos).

Saldo em Bancos pela Razão Contábil e Conciliação Bancária: R\$ 5.654,04 (cinco mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos).

A Câmara Municipal realizou, no exercício findo, as seguintes tarefas independentes do Poder Executivo:

**2.2) Análise quanto aos restos a pagar**

Findo o exercício de 2018 os restos a pagar importavam em R\$ 4.930,30. Os recursos disponíveis importam em R\$ 5.654,04.

### 2.3) Análise das despesas com pessoal nos últimos seis meses do mandato do Presidente

O Poder Legislativo não teve aumento das despesas com pessoal nos 180 dias que antecederam ao final do mandato do Presidente 2018.

## 3 – DO CONTROLE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS:

### 3.1) Limite das Despesas totais do Legislativo

Em conformidade com a Constituição da República o Poder Legislativo alcançou o percentual de 4,57% de suas despesas totais, excluídos os inativos, em relação à receita tributária e de transferências no ano de 2018.

Para tanto, informamos que a população do Município, até 31/12/2018 era de 2.906 (dois mil, novecentos e seis habitantes) aproximadamente, conforme dados do IBGE. Assim, o limite da despesa em relação à receita era de 7%; Logo, o Legislativo se posicionou aquém deste limite e dentro da norma constitucional prevista no art. 29.

### 3.2) Limite das Despesas com folha de pagamento

Do limite de 70% da receita da Câmara, no montante equivalente a R\$ 618.643,04 (seiscentos e dezoito mil, seiscentos e quarenta e três reais e quatro centavos), efetivamente realizada no exercício foi gasto o valor de R\$ 432.260,76 (quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e sessenta reais e setenta e seis centavos), com folha de pagamento foi obedecido o percentual legal sobre os gastos totais, situando-se o Poder Legislativo no patamar de 50,50% conforme apurado no Relatório de Gestão Fiscal.

### 3.3) Limite da despesa total com remuneração dos vereadores

Em obediência ao que estabelece o Art. 29, VII, da CF/88, o limite da remuneração total dos vereadores, incluído o subsídio do Presidente da Câmara e incluídos os encargos foi de R\$ 299.734,29 (duzentos e noventa e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais e vinte nove centavos). Em relação à receita orçamentária do Município de R\$ 13.283.397,72 (treze milhões, duzentos e oitenta e três mil, trezentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos), se obtém o índice de 2,25%, totalizando um total de R\$ 432.260,76 (quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e sessenta reais e setenta e seis centavos) com percentual de 3,25 na despesa total com gastos de pessoal, conforme apurado no Relatório de Gestão Fiscal.

Adicionalmente informamos que a remuneração individual do vereador no exercício findo de 2018 foi de R\$ 2.407,11 (dois mil, quatrocentos e sete reais e onze centavos), sendo que o Presidente da Câmara recebeu subsídio de R\$ 3.309,77 (três mil, trezentos e nove reais e noventa e setenta e sete centavos).

## 4 – DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL – PPA, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NO ORÇAMENTO ANUAL:

As metas previstas nos orçamentos obtiveram previsão e realização 31/12/2018, conforme demonstrado em anexo.

Metas:	Parcela executada no Exercício 2018:	
104 – Reforma e Reparos no prédio da Câmara Municipal		
.103 – Aquisição de Material e Equipamento Permanente		
2.101 – Manutenção das		

<b>Atividades do Legislativo</b>		
<b>.102 – Eventos e Recepções</b>		
	<b>Física:</b>	<b>Financeira:</b>
	Adiantamento de numerário (suprido).	R\$ 1.250,00
	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	R\$ 10.570,00
	Aquisição de materiais permanentes (mobiliário).	R\$ 1.579,70
	Aquisição de material de consumo, higiene e limpeza.	R\$ 2.688,79
	Aquisição de material de consumo (salgados e sucos) para as Sessões Solenes.	R\$ 3.595,00
	Aquisição de material de expediente.	R\$ 1.963,81
	Obras e instalações	R\$ 27.434,22
	Aquisição de placas - Prêmio Mulher Guerreira	R\$ 282,90
	Aquisição de placas (...) Vereadores Mirins do Exercício de 2018.	R\$ 787,05
	Aquisição de água mineral	R\$ 161,00
	Prestação de serviço no sistema de alarme	R\$ 615,00
	Aquisição de material para rede elétrica e lógica	R\$ 124,48
	Aquisição de lâmpadas	R\$ 264,00
	Divulgação de mensagem, com o escopo de prestar justa homenagem em razão da passagem do vigésimo segundo aniversário do município de Arroio do Padre.	R\$ 450,00
	Gastos com assessoria e consultoria contábil, de gestão e jurídica.	R\$ 14.604,05
	Gastos com diárias.	R\$ 1.995,23
	Gastos com energia elétrica.	R\$ 1.754,10
	Gastos com locação de softwares (Contabilidade, Folha e Fly Transferência).	R\$ 14.815,55
	Gastos com Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e com prestação de serviços de manutenção.	R\$ 7.776,00
	Gastos com ressarcimento de passagens.	R\$ 50,20
	Gastos com ressarcimento de combustível.	R\$ 345,23
	Gastos com terceirização de mão de obra de limpeza e conservação da sede da Câmara.	R\$ 37.574,28
	Gastos com sistema de acesso à internet.	R\$ 1.089,00
	Gastos com telefonia fixa.	R\$ 1.731,35
	Gastos com vale-alimentação dos(as) servidores(as).	R\$ 9.235,67
	Publicação de editais resumidos de licitações em jornais.	R\$ 233,00
	Publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal (1º e 2º sem./2017) em jornais.	R\$ 680,00

Aquisição das assinaturas dos jornais.	R\$ 1.841,20
<b><u>Não estão computados os vencimentos de servidores e vereadores e as despesas empenhadas e restos a pagar.</u></b>	<b>Total: R\$ 145.490,81</b>

#### **5 – DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS:**

Ao final do exercício financeiro de 2018 foram inventariados, física e contabilmente, os bens móveis e imóveis da Câmara Municipal sendo que não foram encontradas diferenças em relação à escrituração contábil.

#### **6 – DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL:**

##### **Investiduras Decorrentes de Nomeação de Cargos em Comissão:**

Houve investidura decorrente da nomeação de cargo em comissão através da Portaria nº 24, DE 09 de julho de 2018, para cargo de Diretora Legislativa, sendo nomeada a Sra. Angélica Cristiane Alves Born.

**Relativamente a Concursos Públicos:** Não Houve.

**Contratações Temporárias:** Não houve.

##### **Revisões e aumentos de remunerações:**

Ato legal: Lei 1.811, de 15 de fevereiro de 2017, que estabelece aos Servidores da Câmara Municipal o percentual relativo à revisão geral anual.

**Licenças Concedidas a Vereadores:** Não houve concessão de licenças.

#### **7 – OUTROS FATORES RELEVANTES:** Não Houve.

Sendo o que se apresentava, segue este Relatório junto com o anexo das metas previstas no PPA, LDO e LOA e, ainda, Relatório e Parecer do responsável pelo Controle Interno do Município.

Arroio do Padre, 30 de janeiro de 2019.

---

**Gilmar Carlos Schlesener**  
**Presidente da Câmara Municipal de Vereadores**

---

**Rui Carlos Peter**  
**Vice-Presidente**

---

**Carmen Beatriz da Silveira Chagas**

**Contadora – CRC-RS 067540/06**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE  
GABINETE DO PREFEITO**

**Lei 1.977, de 28 de setembro de 2018.**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019.

O Prefeito Municipal de Arroio do Padre, Sr. Leonir Aldrighi Baschi, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Capítulo I - Disposições Preliminares**

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 98, Inc. II, da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2019, compreendendo:

I - as metas e riscos fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;

III - a organização e estrutura do orçamento;

IV - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

§ 1º As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

I – orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;

II – ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;

§ 2º A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2019, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I – priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;

II – evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;

III – atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei.

## Capítulo II - Das Metas e Riscos Fiscais

**Art. 2º** As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no **ANEXO I**, composto dos seguintes demonstrativos:

I - das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da LC nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

II – da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2017;

III - das metas fiscais previstas para 2019, 2020 e 2021, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018;

IV - da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;

V - da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;

VI - da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da LC nº 101/2000;

VII – da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º As metas fiscais estabelecidas no Anexo I desta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata o inciso I do Caput deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º Durante o exercício de 2019, a meta resultado primário prevista no demonstrativo referido no inciso I do caput, poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 5º Nas hipóteses de revisão dos valores das metas fiscais de que trata este artigo, e para efeitos de avaliação na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparadas com as metas ajustadas.

**Art. 3º** Estão discriminados, no **Anexo II**, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são



avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da LC nº 101/2000.

§ 1º Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2019, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º Também são passivos contingentes, obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2019 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 4º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo poderá reduzir as dotações destinadas para investimentos, desde que não comprometidas.

### **Capítulo III - Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal Extraídas do Plano Plurianual**

**Art. 4º** As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2018/2021 - Lei nº 1.861, de 28 de junho de 2017 e suas alterações, especificadas no **Anexo III**, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizados pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

§ 2º As metas e prioridades de que trata o *caput* deste artigo, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2019 surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 3º Na hipótese prevista no §2º, as alterações do Anexo de Metas e Prioridades serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

### **Capítulo IV - Da Estrutura e Organização do Orçamento**

**Art. 5º** Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional;

§ 1º Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999 e suas atualizações.

§3º A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§4º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

**Art. 6º** Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

**Art. 7º** Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 8º** O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 100, Inc. III da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, e será composto de:

I - texto da Lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

§ 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os seguintes quadros:

I - demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC nº 101/2000;



II – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº 101/2000;

III – demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

IV - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/64;

V – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº 101/2000;

VI - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

VIII - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

IX - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei;

X – demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XI - descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (parágrafo único do art. 22 da Lei nº 4.320, de 1964);

XII - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação (inciso III, do § 1º, do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964);

XIII - anexo demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos.

**Art. 9º** A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2019, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2018 e a previsão para o

exercício de 2019;

## **Capítulo V - Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações**

### **Seção I - Das Diretrizes Gerais**

**Art. 10.** Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos e órgãos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos, até 15 de outubro de 2018, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, observadas as disposições desta Lei.

**Art. 11.** A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2019 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

**Art. 12.** Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

Parágrafo único. A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, e observada a respectiva legislação pertinente, ser delegada a Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

**Art. 13.** Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2019.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2019.

§ 2º Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e da metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 12/2017 do Tribunal de Contas do Estado, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

**Art. 14.** Constarão no projeto de lei orçamentária reservas de contingência, desdobradas

B

para atender às seguintes finalidades:

I - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos relacionados no Anexo de que trata o art. 3º desta lei.

II - cobertura de créditos adicionais;

§ 1º A reserva de contingência, de que trata o inciso I do *caput*, será fixada em, no mínimo, 0,5% (zero virgula cinco por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que as reservas de contingência constituídas na forma dos incisos I e III do *caput* não precisarão ser utilizadas para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

**Art. 15.** Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídos novos projetos na Lei Orçamentária de 2018 se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 16.** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2019, em cada evento, não exceda a 10 (dez) vezes o menor padrão de vencimentos.

**Art. 17.** A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2º do art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

I – o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2019 e de créditos adicionais;

II – os limites estabelecidos nos arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e



III – o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo de que trata o art. 2º, VIII, dessa Lei.

**Art. 18.** As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

§ 1º Para fins de realização da audiência pública prevista *caput*, e em conformidade com o art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, até 02 (dois) dias antes da audiência, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais.

§ 2º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

## **Seção II - Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social**

**Art. 19.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – de aportes financeiros de recursos do Orçamento Fiscal;

III – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, § 1º, inciso III, desta Lei.

## **Seção III - Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira**

**Art. 20.** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da LC nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da LC nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas por órgão.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

**Art. 21.** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, e observado o disposto no § 2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – No Poder Executivo:

- a) Horas extras;
- b) Diárias de viagem;
- c) Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- d) Redução de despesas com aquisição de equipamentos e material permanente;
- e) Aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;
- f) Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

II – No Poder Legislativo:

- a) Horas extras;
- b) Diárias de viagem;
- c) Redução de despesas com aquisição de equipamentos e material permanente;
- d) Festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2018, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 23 desta Lei.

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.



§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 6º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

**Art. 22.** O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º No caso da limitação de empenhos e movimentação financeira, observado o disposto no §3º do art. 22 desta Lei, o repasse financeiro de que trata o caput será reduzido na mesma proporção.

§ 2º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadadas através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 3º Ao final do exercício financeiro de 2019, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

**Art. 23.** Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congêneres, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

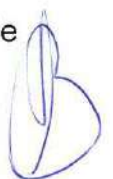
§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no *caput* deste artigo.

**Art. 24.** A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2019, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 2º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no *caput* deste artigo.

§ 3º A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de



dezembro de 2019, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

**Art. 25.** Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da LC nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

#### **Seção IV - Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária**

**Art. 26.** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2019 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2018, por fonte de recursos;
- II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2019;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV – saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2019, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6º Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da solicitação.

**Art. 27.** No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á

por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

**Art. 28.** A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 28 de fevereiro de 2019.

Parágrafo único. Caso seja necessário, a codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2019, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

**Art. 29.** O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

**Art. 30.** As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica no caso da necessidade de alterações de codificações ou denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, ou para adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

## **Seção V - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas**

### **Subseção I - Das Subvenções Econômicas**

**Art. 31.** A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o "caput" deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 – Subvenções Econômicas".

**Art. 32.** No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas



instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

### **Subseção II - Das Subvenções Sociais**

**Art. 33.** A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

### **Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital**

**Art. 34.** A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2019; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Parágrafo único. No caso dos incisos I e II do *caput*, a transferência dependerá da formalização do ajuste, observadas as exigências legais aplicáveis à espécie.

**Art. 35.** A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

### **Subseção IV - Dos Auxílios**

**Art. 36.** A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V – qualificadas como Organizações Sociais – OS, com contrato de gestão celebrado com

o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.637/1998, para fomento e execução de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, de acordo com o programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os prazos de execução previstos;

VI - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VII - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei nº 13.146/2015;

VIII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

IX - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

#### **Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas**

**Art. 37.** Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais”;

II – estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 02 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congêneres celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

**Art. 38.** É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

**Art. 39.** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de

subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ da entidade;

II – nome, função e CPF dos dirigentes;

III – área de atuação;

V – endereço da sede;

V – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI – valores transferidos e respectivas datas.

**Art. 40.** Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

**Art. 41.** As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 42.** Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

## **Seção VI - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos**

**Art. 43.** Observado o disposto no art. 27 da LC nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 10% (dez por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e

outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II - integrem as cadeias produtivas locais;

III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§ 3º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

#### **Capítulo VI - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal**

**Art. 44.** A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

**Art. 45.** O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

#### **Capítulo VII - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**

**Art. 46.** No exercício de 2019, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.

§ 1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2018, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, o crescimento vegetativo, e o disposto no art. 49 desta Lei.

§ 2º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

**Art. 47.** Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da LC nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 12/2017 do Tribunal de Contas do

Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

**Art. 48.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

**Art. 49.** O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV – prover cargos em comissão e funções de confiança;

V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º No caso dos incisos I, II, III e IV além dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da LC nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 2º No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de 06 (seis) meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de

que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§ 3º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

**Art. 50.** Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I – as situações de emergência ou de calamidade pública;

II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

### Capítulo VIII - Das Alterações na Legislação Tributária

**Art. 51.** As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2019, especialmente sobre:

a) atualização da planta genérica de valores do Município;

b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;

h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) demais incentivos e benefícios fiscais.

**Art. 52.** Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 51, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

**Art. 53.** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do §1º:

I - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II - proposições de incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida realizada no exercício de 2018.

**Art. 54.** Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

## Capítulo IX - Das Disposições Gerais

**Art. 55.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e





ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

**Art. 56.** As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 1.861, de 28 de junho de 2017- Plano Plurianual 2018/2021 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

a) pessoal e encargos sociais e

b) serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com esta lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III - as emendas que reduzam o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no inciso II do art. 14 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019, ficarem sem despesas correspondentes.

**Art. 57.** Por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

**Art. 58.** Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 104 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.


**Art. 59.** Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2018, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.


§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos legalmente vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

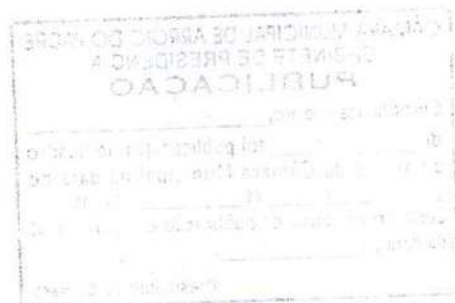
§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

**Art. 60.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio do Padre, 28 de setembro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Leonir Baschi  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE GABINETE DO PREFEITO PUBLICAÇÃO	
Certificamos que a(o) <u>Lei</u> , de <u>28/09/18</u>	
foi publicada(o) no quadro de aviso da Prefeitura	
Municipal e Câmara de Vereadores na data de	
<u>28/09/18</u> , às <u>14:00</u> horas.	
Sendo retirada(o) da publicação e arquivada(o) na	
data de <u>1/1</u> .	
 _____ GABINETE DO PREFEITO	



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019**  
**ANEXO III - METAS E PRIORIDADES**

**PROGRAMA:** 0101 - Ação Legislativa

**OBJETIVO:** Garantir o pleno funcionamento das atividades do Poder Legislativo Municipal, propiciando o cumprimento das suas atribuições constitucionais e legais.

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2019
A	2.101 - Manutenção dos Serviços Legislativos e Administrativos da Câmara Municipal. Sessão Plenária Realizada	Sessão Plenária	Meta Física	52
			Valor	R\$ 716.671,77
A	2.102 - Eventos e Recepções Sessão Solene Realizada	Unid.	Meta Física	5
			Valor	R\$ 15.000,00
P	1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente Equipamento Adquirido	Unid.	Meta Física	3
			Valor	R\$ 20.000,00
P	1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal Reforma / Reparo realizado	Reforma / Reparo	Meta Física	1
			Valor	R\$ 30.000
<b>TOTAL DO PROGRAMA</b> =====>				<b>R\$ 781.671,77</b>

(\*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária

**PROGRAMA:** 0201- Gestão Administrativa Central

**OBJETIVO:** Garantir o funcionamento das atividades de apoio administrativo de os órgãos da administração municipal; Garantir melhor qualidade ao gasto público otimizando as tarefas executadas pelo aparato de apoio administrativo municipal; Coordenar o melhoramento e a ampliação dos serviços públicos, praticar o princípio da transparência, envolver a sociedade nas decisões administrativas e controlar a execução das ações planejadas.

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2019
A	2.201 - Manutenção do Gabinete do Prefeito. Atividade Mantida	Unid.	Meta Física	1
			Valor	R\$ 727.601,23
A	2.202 - Publicações Oficiais Publicações Mantidas	Unid.	Meta Física	1
			Valor	R\$ 45.000,00
A	2.203 - Recepções e Eventos Públicos Recepção/ Evento Realizado	Unid.	Meta Física	2
			Valor	R\$ 3.000,00
A	2.204 - Manutenção do Consórcio Público do Extremo Sul Contribuição Mantida	Unid.	Meta Física	1
			Valor	R\$ 11.500,00
P	1.205 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Equipamento Adquirido	Unid.	Meta Física	3
			Valor	R\$ 4.000
<b>TOTAL DO PROGRAMA</b> =====>				<b>R\$ 791.101,23</b>

(\*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária

**PROGRAMA:** 0202 - Município Estando Presente

**OBJETIVO:** Prestar apoio as atividades voltadas a segurança pública; Manter o funcionamento da defesa civil, garantindo sua ação imediata caso ocorram eventos adversos; Manter o funcionamento do Conselho Tutelar proporcionando-lhe as condições para o seu regular funcionamento; Proporcionar aos Municípios infraestrutura adequada para a utilização dos computadores do Telecentro Comunitário.

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2019
A	2.206 - Apoio a Segurança Pública Apoio Mantido	Unid.	Meta Física	1
			Valor	R\$ 5.000
A	2.207 - Manutenção dos Serviços da Defesa Civil Defesa Civil Mantida	Unid.	Meta Física	1
			Valor	R\$ 3.000
A	2.208 - Manutenção do Conselho Tutelar Conselho Mantido	Unid.	Meta Física	1
			Valor	R\$ 84.000
A	2.209 - Manutenção do Telecentro Comunitário Telecentro Mantido	Unid.	Meta Física	1
			Valor	R\$ 5.000
<b>TOTAL DO PROGRAMA</b> =====>				<b>R\$ 97.000</b>

(\*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE  
GABINETE DO PREFEITO**

**Lei 2.003, de 13 de dezembro de 2018.**

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Arroio do Padre para o exercício financeiro de 2019.

O Vice-Prefeito Municipal no exercício do cargo de Prefeito de Arroio do Padre, Sr. Nelson Milech, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Arroio do Padre para o exercício financeiro de 2019, referentes aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos a eles vinculados.

§ 1º. Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

- I - Anexos orçamentários 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei nº 4.320, de 1964;
- II - Discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III - Demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, e da despesa, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC nº 101/2000 e art. 22 da Lei nº 4.320 de 1964;
- IV - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº 101/2000;
- V - Demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;
- VI - Demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais de acordo com o inciso I, do § 2º do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964;
- VII - Demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº 101/2000;
- VIII - Demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000;
- IX - Demonstrativo da previsão de aplicação das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- X - Demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

- XI - Demonstrativo do cálculo do limite máximo de despesa para a Câmara Municipal, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal;
- XII - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) projetada para 2019 (LRF, art. 12, § 3º);
- XIII - Descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (parágrafo único do art. 22 da Lei nº 4.320, de 1964);
- XIV - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação (inciso III, do § 1º, do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964);
- XV - Anexo demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos;

§ 2º. O anexo VII deste artigo atualiza os valores relativos às metas de resultados fiscais do anexo de metas fiscais de que trata a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º da LRF.

**Art. 2º.** O Orçamento do Município, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 1º, § 1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma da despesa fixada acrescida da reserva de contingência.

**Art. 3º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, por Decreto, na Administração Direta e Indireta, observados os arts. 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, mediante a utilização dos recursos:

I) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 15% (quinze por cento) do somatório da receita total projetada, inclusive a previsão adicional (reestimativa), ou despesa fixada no caso de entidades que não possuam receitas próprias;

II) da Reserva de Contingência, com valores específicos para este fim no anexo de riscos fiscais;

III) de excesso de arrecadação proveniente de receitas livres ou vinculadas arrecadadas e a arrecadar, desde que para alocação nos mesmos créditos orçamentários em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;

IV) superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, de acordo com as vinculações originais.

§ 1º Os limites autorizados no inciso I deste artigo não serão onerados quando o Crédito Adicional Suplementar se destinar a atender:

I - Insuficiência de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - Pagamentos de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida.

III - Despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado;

V – As disposições dos incisos II e III não se aplicam ao Poder Legislativo;

§ 2º. Também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, para fins do inciso IV do caput, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2019, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 3º. Poderão ser utilizadas, para efeitos de créditos adicionais, reduções de



valores atribuídos a créditos orçamentários de diferentes unidades gestoras do orçamento, sendo que os créditos adicionais especiais que envolvam o Poder Legislativo deverão possuir autorização expressa daquele Poder.

**Art. 4º.** Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

**Art. 5º.** O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

**Art. 6º.** Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos na Lei Municipal 1.977, de 28 de setembro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019.

**Art. 7º.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no decorrer do exercício, atendidas as disposições do artigo 38 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e Resoluções do Senado Federal que dispõem sobre a matéria.


**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio do Padre, 13 de dezembro de 2018.



Nelson Milech

Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE GABINETE DO PREFEITO PUBLICAÇÃO
Certificamos que a(o) <u>Lei</u> de <u>1312/18</u> foi publicada(o) no quadro de aviso da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores na data de <u>13/12/18</u> às <u>14:00</u> horas. Sendo retirada(o) da publicação e arquivada(o) na data de <u>    </u> / <u>    </u> / <u>    </u>
 CHEFE DE GABINETE

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019**

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	<b>DESPESAS CORRENTES</b>			12.752.991,45
3.1.00.00.00.00.00.00	<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>		7.614.900,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a consórcios públicos por Contrato Rateio		6.000,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio a consórcios públicos	6.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		7.608.900,00	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação Por Tempo Determinado	282.500,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.950.300,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.293.400,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	34.900,00		
3.1.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	36.000,00		
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	9.500,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Trabalhistas	2.300,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>		5.138.091,45	
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		600,00	
3.3.30.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	600,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transf. a consórcios públicos por Contrato Rateio		5.500,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	Rateio pela participação de consórcios públicos	5.500,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		5.131.991,45	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Pessoal Civil	65.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.104.260,45		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais	15.500,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material, Bem ou Serviço Para Dist. Gratuita	356.450,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	17.100,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	15.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	116.830,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.106.351,00		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serviços de Tecn. da Informação e Comunicação P/J	122.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio Alimentação	666.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	150.000,00		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	122.000,00		
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio Transporte	235.100,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	2.400,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	38.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			94.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	<b>INVESTIMENTOS</b>		94.300,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		94.300,00	

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019**

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	14.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	80.300,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA E RESERVA DO RPPS		100.000,00	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA E RESERVA DO RPPS		100.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência e Reserva de RPPS		100.000,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência e Reserva de RPPS	100.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>12.947.291,45</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>12.947.291,45</b>
<b>Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		521.000,00	702.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		521.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação Por Tempo Determinado	425.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	95.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais		181.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		181.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	6.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Pessoal Civil	22.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.500,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material, Bem ou Serviço Para Dist. Gratuita	5.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	7.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	120.500,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio Alimentação	1.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	5.000,00		
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio Transporte			
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
4.0.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		80.708,55	80.708,55
4.4.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		80.708,55	
4.4.90.00.00.00.00.00	Obras e Instalações	50.708,55		



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00		30.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>782.708,55</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>782.708,55</b>
<b>Total geral:</b>				<b>13.730.000,00</b>

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019  
 Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	80.708,55	702.000,00		782.708,55
01.031	Ação Legislativa	80.708,55	702.000,00		782.708,55
01.031.0101	Ação Legislativa	80.708,55	702.000,00		782.708,55
04	Administração	9.000,00	1.723.770,45		1.732.770,45
04.122	Administração Geral	9.000,00	1.654.770,45		1.663.770,45
04.122.0201	Gestão Administrativa Central	4.000,00	794.070,45		798.070,45
04.122.0301	Gestão Tributária, Administrativa e Planejamento	5.000,00	860.700,00		865.700,00
04.125	Normalização e Fiscalização		69.000,00		69.000,00
04.125.0302	Eficiência na Gestão Tributaria		69.000,00		69.000,00
05	Segurança Pública		8.000,00		8.000,00
05.181	Policimento		5.000,00		5.000,00
05.181.0202	Município Estando Presente		5.000,00		5.000,00
05.182	Defesa Civil		3.000,00		3.000,00
05.182.0202	Município Estando Presente		3.000,00		3.000,00
08	Assistência Social	3.000,00	441.151,00		444.151,00
08.122	Administração Geral	1.000,00	293.500,00		294.500,00
08.122.0504	Gestão da Assistência Social	1.000,00	293.500,00		294.500,00
08.241	Assistência ao Idoso		8.760,00		8.760,00
08.241.0505	Proteção Social		8.760,00		8.760,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		1.000,00		1.000,00
08.242.0505	Proteção Social		1.000,00		1.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		85.000,00		85.000,00
08.243.0202	Município Estando Presente		85.000,00		85.000,00
08.244	Assistência Comunitária	2.000,00	52.891,00		54.891,00
08.244.0505	Proteção Social	2.000,00	52.891,00		54.891,00
10	Saúde	22.000,00	3.255.370,00		3.277.370,00
10.122	Administração Geral	3.000,00	506.800,00		509.800,00
10.122.0501	Gestão Municipal de Saúde	3.000,00	506.800,00		509.800,00
10.301	Atenção Básica	18.000,00	2.240.470,00		2.258.470,00
10.301.0502	Atenção a Saúde	18.000,00	2.240.470,00		2.258.470,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		130.000,00		130.000,00
10.302.0502	Atenção a Saúde		130.000,00		130.000,00

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	22.000,00	3.255.370,00		3.277.370,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		318.350,00		318.350,00
10.303.0502	Atenção a Saúde		318.350,00		318.350,00
10.304	Vigilância Sanitária	500,00	11.750,00		12.250,00
10.304.0503	Vigilância em Saúde	500,00	11.750,00		12.250,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	500,00	48.000,00		48.500,00
10.305.0503	Vigilância em Saúde	500,00	48.000,00		48.500,00
12	Educação	7.000,00	4.325.600,00		4.332.600,00
12.122	Administração Geral	4.000,00	576.100,00		580.100,00
12.122.0401	Gestão Municipal da Educação	4.000,00	576.100,00		580.100,00
12.125	Normatização e Fiscalização		2.000,00		2.000,00
12.125.0401	Gestão Municipal da Educação		2.000,00		2.000,00
12.361	Ensino Fundamental		2.576.400,00		2.576.400,00
12.361.0403	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental		2.576.400,00		2.576.400,00
12.362	Ensino Médio		260.600,00		260.600,00
12.362.0404	Colaborar no Acesso ao Ensino Médio		260.600,00		260.600,00
12.364	Ensino Superior		90.000,00		90.000,00
12.364.0405	Contribuição para Acesso ao Ensino Superior		90.000,00		90.000,00
12.365	Educação Infantil	3.000,00	820.500,00		823.500,00
12.365.0402	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil	3.000,00	820.500,00		823.500,00
13	Cultura		219.000,00		219.000,00
13.392	Difusão Cultural		219.000,00		219.000,00
13.392.0202	Município Estando Presente		5.000,00		5.000,00
13.392.0407	Patrimônio e Cultura		214.000,00		214.000,00
15	Urbanismo		112.000,00		112.000,00
15.452	Serviços Urbanos		112.000,00		112.000,00
15.452.0704	Serviços Públicos Esencias		112.000,00		112.000,00
16	Habituação		34.000,00		34.000,00
16.481	Habituação Rural		7.000,00		7.000,00
16.481.0705	Melhorias nas Condições Habitacionais		7.000,00		7.000,00
16.482	Habituação Urbana		27.000,00		27.000,00
16.482.0705	Melhorias nas Condições Habitacionais		27.000,00		27.000,00

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
17	Saneamento		207.500,00		207.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		207.500,00		207.500,00
17.512.0704	Serviços Públicos Escolas		207.500,00		207.500,00
18	Gestão Ambiental		6.000,00		6.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		4.000,00		4.000,00
18.541.0604	Gestão Ambiental		4.000,00		4.000,00
18.544	Recursos Hídricos		2.000,00		2.000,00
18.544.0604	Gestão Ambiental		2.000,00		2.000,00
20	Agricultura	7.000,00	989.500,00		996.500,00
20.122	Administração Geral		258.900,00		258.900,00
20.122.0601	Gestão da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento		258.900,00		258.900,00
20.605	Extensão Rural		105.000,00		105.000,00
20.605.0602	Fortalecendo a Agricultura Familiar	7.000,00	105.000,00		112.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		580.400,00		580.400,00
20.608.0602	Fortalecendo a Agricultura Familiar	7.000,00	580.400,00		587.400,00
20.609	Defesa Agropecuária		45.200,00		45.200,00
20.609.0602	Fortalecendo a Agricultura Familiar		45.200,00		45.200,00
23	Comércio e Serviços		55.000,00		55.000,00
23.691	Promoção Comercial		50.000,00		50.000,00
23.691.0603	Desenvolver o Arroio do Padre		50.000,00		50.000,00
23.695	Turismo		5.000,00		5.000,00
23.695.0405	Desenvolvimento Turístico		5.000,00		5.000,00
26	Transporte	8.000,00	1.194.200,00		1.202.200,00
26.122	Administração Geral	3.000,00	264.200,00		267.200,00
26.122.0701	Gestão de Obras, Infraestrutura e Saneamento	3.000,00	264.200,00		267.200,00
26.782	Transporte Rodoviário	5.000,00	930.000,00		935.000,00
26.782.0702	Melhorias no Sistema Viário	5.000,00	918.000,00		923.000,00
26.782.0703	Transtio e Mobilidade Urbana		12.000,00		12.000,00
27	Desporto e Lazer		34.200,00		34.200,00
27.812	Desporto Comunitário		34.200,00		34.200,00
27.812.0409	Promoção do Esporte e Lazer		34.200,00		34.200,00

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
28	Encargos Especiais			186.000,00	186.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			186.000,00	186.000,00
28.846.0000	Encargos Gerais			186.000,00	186.000,00
99	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999.9999	Reserva de Contingência				100.000,00
	<b>Total:</b>	<b>136.708,55</b>	<b>13.307.291,45</b>	<b>186.000,00</b>	<b>13.730.000,00</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>136.708,55</b>	<b>13.307.291,45</b>	<b>186.000,00</b>	<b>13.730.000,00</b>

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019  
 Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	782.708,55		782.708,55
01.031	Ação Legislativa	782.708,55		782.708,55
01.031.0101	Ação Legislativa	782.708,55		782.708,55
04	Administração	1.732.770,45		1.732.770,45
04.122	Administração Geral	1.663.770,45		1.663.770,45
04.122.0201	Gestão Administrativa Central	798.070,45		798.070,45
04.122.0301	Gestão Tributária, Administrativa e Planejamento	865.700,00		865.700,00
04.125	Normatização e Fiscalização	69.000,00		69.000,00
04.125.0302	Eficiência na Gestão Tributária	69.000,00		69.000,00
06	Segurança Pública	8.000,00		8.000,00
06.181	Policimento	5.000,00		5.000,00
06.181.0202	Município Estando Presente	5.000,00		5.000,00
06.182	Defesa Civil	3.000,00		3.000,00
06.182.0202	Município Estando Presente	3.000,00		3.000,00
08	Assistência Social	269.730,00	174.421,00	444.151,00
08.122	Administração Geral	162.800,00	131.700,00	294.500,00
08.122.0504	Gestão da Assistência Social	162.800,00	131.700,00	294.500,00
08.241	Assistência ao Idoso	2.500,00	6.260,00	8.760,00
08.241.0505	Proteção Social	2.500,00	6.260,00	8.760,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	1.000,00		1.000,00
08.242.0505	Proteção Social	1.000,00		1.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	85.000,00		85.000,00
08.243.0202	Município Estando Presente	85.000,00		85.000,00
08.244	Assistência Comunitária	18.430,00	36.461,00	54.891,00
08.244.0505	Proteção Social	18.430,00	36.461,00	54.891,00
10	Saúde	96.350,00	3.181.020,00	3.277.370,00
10.122	Administração Geral		509.800,00	509.800,00
10.122.0501	Gestão Municipal de Saúde		509.800,00	509.800,00
10.301	Atenção Básica	11.050,00	2.247.420,00	2.258.470,00
10.301.0502	Atenção a Saúde	11.050,00	2.247.420,00	2.258.470,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		130.000,00	130.000,00
10.302.0502	Atenção a Saúde		130.000,00	130.000,00
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	44.850,00	273.500,00	318.350,00
10.303.0502	Atenção a Saúde	44.850,00	273.500,00	318.350,00
10.304	Vigilância Sanitária	9.750,00	2.500,00	12.250,00
10.304.0503	Vigilância em Saúde	9.750,00	2.500,00	12.250,00

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	96.350,00	3.181.020,00	3.277.370,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	30.700,00	17.800,00	48.500,00
10.305.0503	Vigilância em Saúde	30.700,00	17.800,00	48.500,00
12	Educação	98.100,00	4.234.500,00	4.332.600,00
12.122	Administração Geral	5.100,00	575.000,00	580.100,00
12.122.0401	Gestão Municipal da Educação	5.100,00	575.000,00	580.100,00
12.125	Normatização e Fiscalização		2.000,00	2.000,00
12.125.0401	Gestão Municipal da Educação		2.000,00	2.000,00
12.361	Ensino Fundamental		2.576.400,00	2.576.400,00
12.361.0403	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental		2.576.400,00	2.576.400,00
12.362	Ensino Médio		260.600,00	260.600,00
12.362.0404	Colaborar no Acesso ao Ensino Médio		260.600,00	260.600,00
12.364	Ensino Superior	90.000,00		90.000,00
12.364.0405	Contribuição para Acesso ao Ensino Superior	90.000,00		90.000,00
12.365	Educação Infantil	3.000,00	820.500,00	823.500,00
12.365.0402	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil	3.000,00	820.500,00	823.500,00
13	Cultura	219.000,00		219.000,00
13.392	Difusão Cultural	219.000,00		219.000,00
13.392.0202	Município Estando Presente	5.000,00		5.000,00
13.392.0407	Patrimônio e Cultura	214.000,00		214.000,00
15	Urbanismo	112.000,00		112.000,00
15.452	Serviços Urbanos	112.000,00		112.000,00
15.452.0704	Serviços Públicos Escolas	112.000,00		112.000,00
16	Habituação	34.000,00		34.000,00
16.481	Habituação Rural	7.000,00		7.000,00
16.481.0705	Melhorias nas Condições Habitacionais	7.000,00		7.000,00
16.482	Habituação Urbana	27.000,00		27.000,00
16.482.0705	Melhorias nas Condições Habitacionais	27.000,00		27.000,00
17	Saneamento	207.500,00		207.500,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	207.500,00		207.500,00
17.512.0704	Serviços Públicos Escolas	207.500,00		207.500,00
18	Gestão Ambiental	6.000,00		6.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	4.000,00		4.000,00
18.541.0604	Gestão Ambiental	4.000,00		4.000,00

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
18	Gestão Ambiental	6.000,00		6.000,00
18.544	Recursos Hídricos	2.000,00		2.000,00
18.544.0604	Gestão Ambiental	2.000,00		2.000,00
20	Agricultura	996.500,00		996.500,00
20.122	Administração Geral	258.900,00		258.900,00
20.122.0601	Gestão da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento	258.900,00		258.900,00
20.606	Extensão Rural	105.000,00		105.000,00
20.606.0602	Fortalecendo a Agricultura Familiar	105.000,00		105.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	587.400,00		587.400,00
20.608.0602	Fortalecendo a Agricultura Familiar	587.400,00		587.400,00
20.609	Defesa Agropecuária	45.200,00		45.200,00
20.609.0602	Fortalecendo a Agricultura Familiar	45.200,00		45.200,00
23	Comércio e Serviços	55.000,00		55.000,00
23.691	Promoção Comercial	50.000,00		50.000,00
23.691.0603	Desenvolver o Arroio do Padre	50.000,00		50.000,00
23.695	Turismo	5.000,00		5.000,00
23.695.0406	Desenvolvimento Turístico	5.000,00		5.000,00
26	Transporte	1.187.700,00	14.500,00	1.202.200,00
26.122	Administração Geral	267.200,00		267.200,00
26.122.0701	Gestão de Obras, Infraestrutura e Saneamento	267.200,00		267.200,00
26.782	Transporte Rodoviário	920.500,00	14.500,00	935.000,00
26.782.0702	Melhorias no Sistema Viário	908.500,00	14.500,00	923.000,00
26.782.0703	Transito e Mobilidade Urbana	12.000,00		12.000,00
27	Desporto e Lazer	34.200,00		34.200,00
27.812	Desporto Comunitário	34.200,00		34.200,00
27.812.0408	Promoção do Esporte e Lazer	34.200,00		34.200,00
28	Encargos Especiais	186.000,00		186.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	186.000,00		186.000,00
28.846.0000	Encargos Gerais	186.000,00		186.000,00



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			100.000,00
99.999	Reserva de Contingência			100.000,00
99.999.9999	Reserva de Contingência			100.000,00
	<b>Total:</b>	<b>6.125.559,00</b>	<b>7.604.441,00</b>	<b>13.730.000,00</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>6.125.559,00</b>	<b>7.604.441,00</b>	<b>13.730.000,00</b>

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - Camara de Vereadores		782.708,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	782.708,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - Camara de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - Camara de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - Camara de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Totais:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - Camara de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	782.708,55
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	782.708,55
	Total geral:						13.730.000,00

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

Página: 1/1  
Data: 11/12/2018

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2019

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (PODER LEGISLATIVO)

Seleção: Entidade = 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

PREVISÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL	DOTAÇÃO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	521.000,00
Pessoal Ativo	521.000,00
Pessoal Inativos e Pensionistas	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF)	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	521.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.655.950,00
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 10	3,82
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%	819.357,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 5,7%	778.389,15

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

Fonte de Recurso: 00.01.0001 Recurso Livre

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação Por Tempo Determinado	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	425.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	95.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Pessoal Civil	6.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	22.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material, Bem ou Serviço Para Dist. Gratuita	2.500,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	7.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	120.500,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio Alimentação	12.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.000,00
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio Transporte	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	50.708,55
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	30.000,00
	<b>Total:</b>	<b>782.708,55</b>
	<b>Total das receitas por entidade:</b>	<b>0,00</b>
	<b>Total das despesas por entidade:</b>	<b>782.708,55</b>
	<b>Total geral das receitas:</b>	<b>13.730.000,00</b>
	<b>Total geral das despesas:</b>	<b>13.730.000,00</b>



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor	
<b>Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE</b>						<b>782.708,55</b>	
Órgão: 01.00 - Camara de Vereadores						782.708,55	
Unidade: 01.01 - Atividades da Câmara Municipal de Vereadores						782.708,55	
Proj./Ativ.: 2.101 - Manutenção dos Serviços Legislativo e Administrativo da Camara Municipal						Localizador: Município de Arroio do Padre	
3	01.031.101	3.3.90.49.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00	- Auxílio Transporte	Não	Não	Não	5.000,00
						<b>Total: 692.000,00</b>	
Proj./Ativ.: 2.102 - Eventos e Recepções						Localizador: Município de Arroio do Padre	
4	01.031.101	3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00	- Material de Consumo	Não	Não	Não	7.000,00
4	01.031.101	3.3.90.32.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00	- Material, Bem ou Serviço	Não	Não	Não	2.500,00
4	01.031.101	3.3.90.39.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00	- Outros Serviços de Terceiros	Não	Não	Não	500,00
						<b>Total: 10.000,00</b>	
<b>Total Geral:</b>						<b>13.730.000,00</b>	



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA DE ARROIO DO PADRE**  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, GESTÃO E TRIBUTOS

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2019**

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA**

A) Os valores referentes aos exercícios de 2015, 2016 e 2017 foram obtidos a partir dos dados constantes nos respectivos balanços anuais.

B) Os valores relativos à arrecadação de 2018 foram obtidos a partir da receita arrecadada até o mês de setembro, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

C) Em linhas gerais, nas projeções para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, o cenário projetado sinaliza para um crescimento global das receitas a uma taxa média de cerca de 4%, podendo haver em algumas receitas, estabilidade na sua arrecadação.

D) O pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma correlação do comportamento dessa receita com o desempenho dos agregados macroeconômicos. Além disso, pressupõe-se em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, que as taxas de crescimento real sejam maiores, devido aos esforços de melhoria de gestão e diminuição de inadimplência.

E) A previsão das receitas tributárias (impostos, taxas), foi constituída a partir das receitas efetivadas em exercícios anteriores, aplicando-se as tendências de arrecadação, a partir dos esforços aplicados na diminuição da inadimplência dos contribuintes e consumidores e pela atualização dos valores. Em relação ao IPTU, a projeção é de queda, tendo em vista a orientação de que não é passível de cobrança os imóveis urbanos (prédios) construídos em áreas que possuem vocação agrícola comprovada.

G) As receitas patrimoniais para 2019 foram orçadas de acordo com os rendimentos das aplicações financeiras estimadas para 2018, acrescido de tendência para o próximo exercício da Taxa Básica de Juros e dos valores disponíveis para depósito. As receitas de serviços, que basicamente são constituídas dos serviços de máquinas, patrulha agrícola e do fornecimento de água, foram estimadas de acordo com o comportamento destas receitas em 2018, aplicando-se a tendência para os próximos exercícios.

H) Nas receitas de Transferências Correntes, que são as principais receitas que mantém o Município, destaca-se as principais:

- A Cota Parte do FPM, segundo a Secretaria de Tesouro Nacional, aponta para um aumento de cerca de 10% em relação ao valor previsto na proposta orçamentária de 2018. Diante desta perspectiva otimista projetada pelo governo federal, o Município mantendo certa prudência na arrecadação, estimou um aumento aproximado de 8%, fixando o ingresso do FPM mensal em R\$ 7.750.000,00.

- Ainda em relação ao FPM, fixou-se o valor de R\$ 340.000,00 decorrentes da estimativa de arrecadação da Cota Extra de 1% de julho, e de R\$ 345.000,00 provenientes da estimativa da Cota Extra de 1% repassada no mês dezembro de cada exercício.

- No ICMS, a proposta orçamentária do Estado projeta uma estimativa de arrecadação com redução de 2,2% para o exercício de 2019 em relação a 2018, decorrente principalmente da redução da alíquota do Imposto. No entanto, em contraponto à esta redução, estimula-se o consumo e o investimento, fazendo com que haja um aumento na circulação de mercadorias, configurando com isto, um possível efeito compensatório à resta redução. Assim, de acordo com o índice de participação do Município para 2019, estimou-se a receita no valor de R\$ 2.580.000,00.

- Em decorrência da participação no índice de retorno do ICMS, este reflete diretamente nas transferências do IPI/Exportação e LC 87/96 (Lei Kandir) entre outras, que foram orçadas pelo Município levando em consideração a previsão estadual e o histórico de arrecadação de exercícios anteriores.

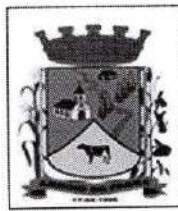
- Nas transferências do IPVA, a expectativa, considerando os valores orçados pelo Estado apresentam um acréscimo de 9,6% em relação ao valor previsto para o exercício de 2018. A partir disto, estimou-se o ingresso destas receitas em R\$ 280.000,00

- Em relação ao FUNDEB, o desempenho esperado é de R\$ 2.100.000,00, devido ao número de alunos, bem como em razão do aumento das receitas formadoras do FUNDEB (FPM, ITR, LC 87/96, ICMS, IPVA e IPI/Exportação).

- Outras transferências importantes são as do SUS, repassadas pelo Fundo Nacional de Saúde e Fundo Estadual de Saúde, bem como as destinadas à Assistência Social, repassadas pelo Fundo Nacional e Estadual e Assistência Social. As previsões apontam para uma certa estabilidade, ou seja, o valor a ser repassado nos próximos anos tende a manter-se nos mesmos patamares de 2018 de acordo com a previsão dos próprios órgãos.

- Para as outras transferências legais (CIDE, FNDE, FNAS e outras), a perspectiva é de estabilidade, ou seja, prevê-se uma variação em função dos índices inflacionários ou acompanhando a variação das receitas da União.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE  
GABINETE DO PREFEITO**

**Lei 1.861, de 28 de junho de 2017.**

Dispõe sobre o Plano de Plurianual para o quadriênio 2018/2021.

O Prefeito Municipal de Arroio do Padre, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

**Art. 1º** Está Lei instituiu o Plano Plurianual 2018/2021 em cumprimento ao disposto no art.165, parágrafo 1º da Constituição Federal, estabelecendo para o período, os programas com seus respectivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I e II.

**Art. 2º** Para efeitos desta lei, entende-se por:

I – Programa: O instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum pré-estabelecido, mensurado por indicadores, visando a solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II – Programa Finalístico: Aquele que resulta em bem ou serviço ofertados diretamente a sociedade;

III – Programa de Apoio Administrativo: Aquele que engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos demais programas, não tem suas despesas passíveis de apropriação aqueles programas;

IV – Ação: O conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;

V – Produto: Bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público alvo;

VI – Meta: Quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

**Art. 3º** A programação constante no PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro Municipal, das Operações de Créditos Internos e Externos, das Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias da União e do Estado e subsidiariamente, das parcerias implementadas com outros Municípios e com a iniciativa privada.

**Parágrafo único:** Os valores financeiros constantes nos anexos e nas tabelas desta Lei são referências e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentaria Anual, que deverá obedecer aos parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e as receitas efetivamente previstas em cada ano, consoante a legislação tributária em vigor à época.

**Art. 4º** As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2018-2021 se constituem referências a serem observadas pelas de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

**Art. 5º** A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto

de Lei específico.

**Art. 6º** A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermediário da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

**Art. 7º** O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, e ou da realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

**Parágrafo único:** O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos, a quem compete:

I – definir as metodologias a serem utilizadas na elaboração, no acompanhamento e na revisão do PPA a ser observado por toda Administração Municipal.

II – definir a agenda da elaboração de acompanhamento e, quando for o caso, de revisão do PPA;

III – auxiliar os demais órgãos e setores da Administração Municipal nos processos de elaboração, de acompanhamento e de revisão do PPA;

IV – elaborar anualmente relatório de avaliação dos resultados da implementação deste Plano que será encaminhado ao Poder Legislativo, juntamente com projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 8º** Integram o Plano Plurianual, as seguintes tabelas:

I – Tabela 01 - Estimativas da Receita por Categoria Econômica e Origem.

II – Tabela 02 - Estimativas da Receita Corrente Líquida;

III – Tabela 03 - Estimativas da Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

IV – Tabela 04 - Estimativas de Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde;

V – Tabela 05 – Estimativas de Gastos do Poder Legislativo, nos termos do art. 29 – A, da Constituição da República;

VI – Tabela 06 – Estimativas de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo, nos termos do art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei complementar nº 101, de 2000;

VII – Tabela 07 – Avaliação global dos recursos disponíveis para o planejamento das despesas.


**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio do Padre, 28 de junho de 2017.

Visto Técnico

Loutar Prieb  
Secretário de Administração, Planejamento,  
Finanças, Gestão e Tributos

  
Leonir Aldrichi Baschi  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE GABINETE DO PREFEITO PUBLICAÇÃO
Certificamos que a(o) <u>Lei</u> , de <u>28/06/17</u> foi publicada(o) no quadro de aviso da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores na data de <u>28/06/17</u> , às <u>1600</u> horas. Sendo retirada(o) da publicação e arquivada(o) na data de ____/____/____.
 CHEFE DE GABINETE

MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE  
 PLANO PLURIANUAL 2018/2021  
 ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA:  
 OBJETIVO:

0101 - Ação Legislativa  
 Garantir o pleno funcionamento das atividades do Poder Legislativo Municipal, propiciando o cumprimento das suas atribuições constitucionais e legais.

Em definição		Índice Final 2018		Índice Final 2019		Índice Final 2020		Índice Final 2021	
Total do Programa:		2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>TIPO</b>	<b>AGIÃO PRODUTOS / SUBFUNÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE GESTÃO</b>	<b>UNIDADE DE GESTÃO</b>	<b>UNIDADE DE GESTÃO</b>	<b>UNIDADE DE GESTÃO</b>	<b>UNIDADE DE GESTÃO</b>	<b>UNIDADE DE GESTÃO</b>	<b>UNIDADE DE GESTÃO</b>	<b>UNIDADE DE GESTÃO</b>
A	2.101 - Manutenção dos Serviços Legislativos e Administrativos da Câmara Municipal	Sessão Plenária Realizada	Sessão Plenária Realizada	Sessão Plenária Realizada	Sessão Plenária Realizada	Sessão Plenária Realizada	Sessão Plenária Realizada	Sessão Plenária Realizada	Sessão Plenária Realizada
	Produto:								
	Função:	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa
	Subfunção:	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa
A	Ação:	2.102 - Eventos e Receções	2.102 - Eventos e Receções	2.102 - Eventos e Receções	2.102 - Eventos e Receções	2.102 - Eventos e Receções	2.102 - Eventos e Receções	2.102 - Eventos e Receções	2.102 - Eventos e Receções
	Produto:	Sessão Solene Realizada	Sessão Solene Realizada	Sessão Solene Realizada	Sessão Solene Realizada	Sessão Solene Realizada	Sessão Solene Realizada	Sessão Solene Realizada	Sessão Solene Realizada
	Função:	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa
	Subfunção:	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa
		684.953	674.228	714.625	756.837				
P	Ação:	1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes
	Produto:	Equipamento Adquirido	Equipamento Adquirido	Equipamento Adquirido	Equipamento Adquirido	Equipamento Adquirido	Equipamento Adquirido	Equipamento Adquirido	Equipamento Adquirido
	Função:	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa
	Subfunção:	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa
		20.000	20.000	20.000	20.000				
P	Ação:	1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal	1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal	1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal	1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal	1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal	1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal	1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal	1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal
	Produto:	Reforma / Reparo realizado	Reforma / Reparo realizado	Reforma / Reparo realizado	Reforma / Reparo realizado	Reforma / Reparo realizado	Reforma / Reparo realizado	Reforma / Reparo realizado	Reforma / Reparo realizado
	Função:	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa	01 - Legislativa
	Subfunção:	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa	031 - Ação Legislativa
		40.000	40.000	40.000	40.000				
(C) Tipo: P - Projeto		A - Atividade OE - Operação Especial		NO - Não-orçamentária					

## MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE

PPA 2018/2021

## ANEXO II - RESUMO DOS PROGRAMAS

Descrição do Programa	2018	2019	2020	2021	TOTAL
0101 - Ação Legislativa					
0201 - Gestão Administrativa Central	756.953	746.228	786.674	828.837	3.118.692
0202 - Município Estando Presente	805.968	839.327	874.051	909.508	3.428.854
0301 - Gestão Tributária, Administrativa e Planejamento	98.800	102.324	107.177	111.164	419.265
0302 - Eficiência na Gestão Tributária	801.000	834.800	874.872	902.267	3.412.939
0401 - Gestão Municipal de Educação	57.200	59.488	61.868	64.342	242.898
0402 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil	587.000	610.481	635.620	660.725	2.493.826
0403 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	700.182	732.669	789.176	796.743	3.018.770
0404 - Colaborar no Acesso ao Ensino Médio	2.702.600	2.810.704	2.993.132	3.040.057	11.546.494
0405 - Contribuição Para Acesso ao Ensino Superior	93.915	97.944	102.097	106.334	400.290
0406 - Desenvolvimento Turístico	78.000	82.000	85.000	88.000	333.000
0407 - Patrimônio e Cultura	5.000	5.000	6.000	6.000	22.000
0408 - Promoção do Esporte e Lazer	180.000	188.000	195.000	200.000	763.000
0501 - Gestão Municipal da Saúde	56.000	58.240	60.570	62.992	237.802
0502 - Atenção a Saúde	546.128	568.893	593.529	617.070	2.325.620
0503 - Vigilância em Saúde	2.225.550	2.318.412	2.462.828	2.506.942	9.513.732
0504 - Gestão da Assistência Social	44.000	48.500	51.000	53.000	196.500
0505 - Proteção Social	266.844	278.494	289.766	303.176	1.138.379
0601 - Gestão da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento	51.000	54.000	58.000	60.500	223.500
0602 - Fortalecendo a Agricultura Familiar	294.656	307.362	319.537	332.198	1.253.753
0603 - Desenvolver Arroio do Padre	729.000	781.600	858.784	968.575	3.337.959
0604 - Gestão Ambiental	150.000	230.000	250.000	290.000	920.000
0701 - Gestão de Obras, Infraestrutura e Saneamento	6.000	6.700	7.500	7.800	28.000
0702 - Melhorias no Sistema Viário	195.000	202.680	210.667	218.974	827.321
0703 - Trânsito e Mobilidade Urbana	1.035.000	1.119.000	1.183.040	1.281.162	4.618.202
0704 - Serviços Públicos Essenciais	13.000	73.000	13.000	13.000	112.000
0705 - Melhoria nas Condições Habitacionais	358.300	379.332	396.105	462.829	1.596.367
9999 - Reserva de Contingência	80.000	70.000	64.000	54.000	268.000
0000 - Encargos Especiais - Não Integrantes do PPA	80.000	90.000	95.000	100.000	365.000
	130.334	137.346	144.868	150.906	563.252
<b>TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS</b>					0
	13.127.330	13.832.524	14.568.659	15.196.903	56.725.416